

# **Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e sua firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de março de 2018

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.



Fabiano Ricardo Tessitore  
Contador  
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
<b>CIRCULANTE</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.179	566	CIRCULANTE				7	4.845	4.411	
Contas a receber de clientes	5	10.479	10.011	Concessão de serviços públicos				8	8.050	554	
Contas a receber de partes relacionadas		5	-	Empréstimos e financiamentos				9	-	5.373	
Estoques		1.460	1.571	Debêntures				10	2.979	2.541	
Impostos a recuperar		-	44	Fornecedores					2.507	3.037	
Despesas antecipadas		529	351	Obrigações sociais					1.165	940	
Outros ativos		390	149	Obrigações fiscais					1.777	862	
Total do ativo circulante		<u>41.042</u>	<u>12.692</u>	Dividendos propostos					560	643	
				Outros passivos					<u>21.883</u>	<u>18.361</u>	
				Total do passivo circulante							
<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Realizável a longo prazo:											
Contas a receber de clientes	5	1.002	988	NÃO CIRCULANTE				7	58.379	56.117	
Despesas antecipadas		255	-	Concessão de serviços públicos				8	28.039	564	
Outros ativos		420	-	Empréstimos e financiamentos				9	-	4.996	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>3.173</u>	<u>2.254</u>	Debêntures				10	45	-	
Total do realizável a longo prazo		4.850	3.242	Fornecedores				11	1.391	789	
Intangível	6	<u>117.745</u>	<u>109.572</u>	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas					598	-	
Total do ativo não circulante		<u>122.595</u>	<u>112.814</u>	Outros passivos					<u>88.452</u>	<u>62.466</u>	
				Total do passivo não circulante							
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
				Capital social				12	44.214	36.945	
				Reservas de lucros					9.088	2.966	
				Adiantamento para futuro aumento de capital					-	4.768	
				Total do patrimônio líquido					<u>53.302</u>	<u>44.679</u>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>163.637</u></u>	<u><u>125.506</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					<u><u>163.637</u></u>	<u><u>125.506</u></u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	13	86.145	71.870
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(53.323)	(36.687)
LUCRO BRUTO		<u>32.822</u>	<u>35.183</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	14	(11.246)	(13.041)
Outras despesas operacionais, líquidas		25	-
		<u>(11.221)</u>	<u>(13.041)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>21.601</u>	<u>22.142</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	1.546	1.513
Despesas financeiras	15	(12.166)	(16.094)
		<u>(10.620)</u>	<u>(14.581)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>10.981</u>	<u>7.561</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16	(4.000)	(3.150)
Diferidos	16	919	612
		<u>(3.081)</u>	<u>(2.538)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.900</u>	<u>5.023</u>
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	18	<u>0,16</u>	<u>0,14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.900	5.023
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>7.900</u></u>	<u><u>5.023</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de contingências	Lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		26.891	-	-	-	-	7.913	(1.195)	33.609
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	5.023	5.023
Aumento de capital	12	10.054	-	-	-	-	(7.913)	-	2.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	-	4.768	-	4.768
Constituição de reserva legal	12	-	-	191	-	-	-	(191)	-
Constituição de reserva para contingências	12	-	-	-	191	-	-	(191)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	2.584	-	(2.584)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>36.945</b>	<b>-</b>	<b>191</b>	<b>191</b>	<b>2.584</b>	<b>4.768</b>	<b>-</b>	<b>44.679</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	7.900	7.900
Aumento de capital	12	11.500	(4.232)	-	-	-	-	-	7.268
Realização do AFAC	12	-	-	-	-	-	(4.768)	-	(4.768)
Complemento de reserva legal	12	-	-	396	-	-	-	(396)	-
Complemento de reserva para contingências	12	-	-	-	396	-	-	(396)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	(1.777)	(1.777)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	5.331	-	(5.331)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>48.445</b>	<b>(4.232)</b>	<b>587</b>	<b>587</b>	<b>7.915</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.302</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		7.900	5.023
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(919)	(612)
Depreciação e amortização	6	5.871	4.840
Juros sobre empréstimos e debêntures	8 e 9	1.929	2.995
Encargos financeiros sobre outorga	15	7.474	9.405
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	1.204	480
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	5	587	20
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.069)	(2.034)
Estoque		111	(114)
Impostos a recuperar		44	73
Outros créditos		(1.096)	406
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e partes relacionadas		479	(3.804)
Obrigações sociais		(530)	(589)
Obrigações fiscais		3.929	3.163
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.704)	(2.717)
Outras contas a pagar		516	(1.146)
Juros pagos sobre empréstimos	8	(1.154)	(3.033)
Pagamento concessão dos serviços públicos		(4.778)	(4.457)
Pagamento riscos cíveis e trabalhistas		(602)	(203)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>16.191</u>	<u>7.696</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de ativo intangível	6	(14.165)	(6.512)
Venda de intangível	6	122	-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(14.043)</u>	<u>(6.512)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos:			
Captações		35.000	-
Pagamentos de principal	8	(554)	(589)
Debêntures:			
Pagamentos de debêntures	9	(10.619)	(7.176)
Integralização de capital		7.268	2.141
Pagamento de dividendos		(862)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(4.768)	4.768
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>25.465</u>	<u>(856)</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>27.613</u>	<u>328</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		566	238
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>28.179</u>	<u>566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## SAMAR – SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARAS OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar" ou "Companhia"), é uma Companhia anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos, encerrando em 2042.

Em 11 de maio de 2016, com todas as aprovações necessárias, a OAS Soluções Ambientais S/A ("ex-acionista") transferiu a totalidade das ações ordinárias de emissão da Samar para a GS Inima Brasil Ltda. ("GS Inima" ou "Controladora").

Foi publicado nos dias 11 de abril de 2013, 5 de fevereiro de 2014, 29 de janeiro de 2015, 23 de janeiro de 2016 e 28 de janeiro de 2017, a correção automática e periódica no percentual de 7,49%, 5,91%, 6,41%, 10,67% e 6,29%, respectivamente, do valor das tarifas de fornecimento de água e de esgoto, entrando em vigor após 30 dias da data da publicação.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (a) determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; (b) provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa; (c) provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; (d) reconhecimento de receita auferida e não faturada;

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível.

#### Determinação da receita de construção

Quando contrata serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

#### 3.1. Instrumentos financeiros ativos

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 360 dias.

### Contas a receber

As contas a receber de clientes são representadas pelos respectivos valores faturados e a faturar dos serviços fornecidos, referente à prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares e estão apresentadas aos valores de realização, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas prováveis.

### 3.2. Estoques

Referem-se substancialmente a material para manutenção e aplicação na rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Demonstrados pelo menor valor entre o valor de custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

### 3.3. Intangível

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto, para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

### 3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicação de perda de valor. Quando o valor contábil dos referidos ativos ultrapassa o valor recuperável, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não houve necessidade de constituir provisão para redução desses ativos ao valor recuperável.

### 3.5. Instrumentos financeiros passivos

#### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Os principais passivos financeiros da Companhia estão compreendidos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, concessões de serviços públicos e outras obrigações.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### Ajuste a Valor Presente (AVP) de passivos

Os passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### 3.6. Outros ativos e outras obrigações

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e se custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

### 3.7. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos cíveis e trabalhistas está registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

### 3.8. Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

#### Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

### 3.9. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

A receita de serviços é proveniente do fornecimento de água, tratamento de esgoto e serviços complementares, e é auferida sobre a medição de volume de água e tratamento de esgoto sanitário multiplicando a metragem cúbica do volume tratado pelo preço base por metro cúbico estipulado no contrato de concessão. Os serviços complementares são reconhecidos quando efetivamente prestados. Os valores são medidos e faturados diariamente e reconhecidos pro-rata ao período de competência (quando do serviço prestado).

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

Quando contrata serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, houve o reconhecimento no resultado dos serviços de construção de acordo com o requerido pelas Interpretações Técnicas – ICPC 01 e ICPC 17 - Contratos de Concessão e pela Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão.

### 3.10. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos.

### 3.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

3.12. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e "International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC" e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e as interpretações técnicos emitidos pelo IASB e IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge. <sup>(1)</sup>
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. <sup>(1)</sup>
- IFRS 16 - Leasing - essa norma requer um único modelo de contabilização de lease, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira), desta forma não se faz necessária análise das características do contrato para classificação entre financeiro ou operacional. <sup>(2)</sup>

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	414	389
Certificados de depósito bancário - CDB	1.184	177
Compromissada	<u>26.581</u>	-
Total	<u>28.179</u>	<u>566</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com liquidez diária e operações compromissadas que possuem liquidez imediata e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. São remuneradas pelo percentual de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

i) Composição das contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes (a)	15.620	14.551
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.139)</u>	<u>(3.552)</u>
Total	<u>11.481</u>	<u>10.999</u>
Ativo circulante	10.479	10.011
Ativo não circulante (b)	<u>1.002</u>	<u>988</u>
Total	<u>11.481</u>	<u>10.999</u>

- a) Referem-se ao faturamento das medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuadas pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais.
- b) Refere-se ao termo de acordo de confissão e parcelamento de dívida assinado em 11 de fevereiro de 2015 entre a Companhia e a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba com total de 150 parcelas.

## ii) Idade de vencimento das contas a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	2.413	2.698
De 31 a 60 dias	754	632
De 61 a 90 dias	343	233
De 91 a 180 dias	610	520
De 181 a 360 dias	851	843
Há mais de 360 dias	<u>2.471</u>	<u>1.868</u>
Total de vencidas	7.442	6.794
A vencer:		
Até 30 dias	2.764	2.808
De 31 a 90 dias	<u>5.414</u>	<u>4.949</u>
Total a vencer	8.178	7.757
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(4.139)	(3.552)
Total de contas a receber de clientes	<u><u>11.481</u></u>	<u><u>10.999</u></u>

## iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	(3.552)	(3.532)
Adições	<u>(587)</u>	<u>(20)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>(4.139)</u></u>	<u><u>(3.552)</u></u>

O prazo médio das contas a receber é de 38 dias. O critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

## 6. INTANGÍVEL

	<u>2017</u>		<u>2016</u>		% a.a. Taxa de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Software	1.237	(636)	601	612	20%
Direitos de concessão - outorga (a)	86.682	(15.127)	71.555	74.437	3,33%
Investimentos na concessão (b)	22.983	(2.504)	20.479	26.858	3,33%
Sistema de abastecimento de água (b)	10.880	(1.338)	9.542	2.083	3,33%
Sistema de esgotamento sanitário (b)	4.540	(225)	4.315	2.380	3,33%
Máquinas, equipamentos e outros ativos (b)	5.196	(2.980)	2.216	3.202	10% a 20%
Intangível em andamento (b)	9.037	-	9.037		
Total	<u>140.555</u>	<u>(22.810)</u>	<u>117.745</u>	<u>109.572</u>	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível:

Saldo final em 31 de dezembro de 2015	107.900
Adições	6.512
Baixas	-
Transferências	-
Amortização	(4.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109.572
Aquisições	14.165
Baixas	(121)
Transferências	-
Amortização	(5.871)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	<u>117.745</u>

Os valores registrados como ativo intangível, referem-se a:

a) Direitos de concessão - outorga

A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, desta forma, a Samar contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. A Samar tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até novembro de 2042.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Companhia, serão revertidas automaticamente ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA) sem qualquer retorno financeiro para a Companhia.

b) Investimentos na concessão

Estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão.

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível com o auxílio de empresa especializada. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

## 7. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O contrato de concessão prevê a outorga a pagar pela Samar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como “ônus fixo” e “ônus variável”, sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no montante de R\$262 (R\$373 – valor atualizado). No mês de dezembro de cada ano são pagas o equivalente a 2 parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que ocorre a cada 12 meses, mediante a decisão publicada na imprensa oficial e em sitio na internet, decisão que entrará em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme mencionado na nota explicativa n.º1.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro, a movimentação dos saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor total de outorga a pagar conforme contrato de concessão	141.420	141.420
Atualização financeira	39.464	32.142
Pagamentos efetuados	(60.879)	(56.101)
(-) Ajuste a valor presente (a)	<u>(56.781)</u>	<u>(56.933)</u>
Total	63.224	60.528
Passivo circulante	4.845	4.411
Passivo não circulante	<u>58.379</u>	<u>56.117</u>
Total	<u>63.224</u>	<u>60.528</u>

- (a) O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituições financeiras</u>		<u>Juros e encargos %</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	
				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco Mercedes Benz	(a)	Pré-fixado - 4% e 6% a.a.	Fev/2019	428	452
Banco Safra S/A	(b)	Pré-fixado - 6% a.a.	Mar/2019	97	97
Banco Bradesco	(c)	TJLP + 2,92% a.a	Jan/2017	-	5
Banco Santander	(d)	CDI + 2,75% a.a.	Nov/2020	<u>7.525</u>	-
Total				<u>8.050</u>	<u>554</u>
				<u>Não circulante</u>	
<u>Instituições financeiras</u>		<u>Juros e Encargos %s</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco Mercedes Benz	(a)	Pré-fixado - 4% a 6% a.a.	Fev/2019	15	443
Banco Safra S/A	(b)	Pré-fixado - 6% a.a.	Mar/2019	24	121
Banco Bradesco	(c)	TJLP + 2,92% a.a	Jan/2017	-	-
Banco Santander	(d)	CDI + 2,75% a.a.	Nov/2020	<u>28.000</u>	-
Total				<u>28.039</u>	<u>564</u>

TJLP – Taxa de juros de longo prazo

- a) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em frota de veículos pesados e implementos. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em julho de 2014 até a data de vencimento em fevereiro de 2019.
- b) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em retroescavadeira. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento em março de 2019.
- c) Refere-se ao Leasing para investimento de mini retroescavadeira. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento foi em janeiro de 2017.
- d) Refere-se a empréstimo na modalidade FRN – Fixed Rate Note para investimento em obras do sistema de abastecimento de água e esgoto. Os juros são pagos semestralmente com início em maio de 2018 e o principal também semestralmente com início em novembro de 2018 até a data de vencimento em novembro de 2020.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, "comfort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia não apresentam cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

A movimentação dos empréstimos aconteceu conforme abaixo:

	<u>2017</u>
	<u>Movimentação dos empréstimos no curto prazo</u>
Saldo em 31.12.2016	554
Juros incorridos	571
Pagamento de juros	(46)
Pagamento de principal	(554)
Transferência LP para o CP	7.525
Total	<u>8.050</u>

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2017</u>
2019	14.039
2020	<u>14.000</u>
Total	<u>28.039</u>

## 9. DEBÊNTURES

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Banco Votorantim (a)	-	-	5.529	5.152
(-) Custo de emissão das debentures a amortizar	-	-	<u>(156)</u>	<u>(156)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.373</u>	<u>4.996</u>

Em 12 de julho de 2016, a Companhia renegociou com os debenturistas o prazo para amortização do saldo devedor que era 20 de dezembro de 2017 para 20 de dezembro de 2018, mantendo todas as condições acordadas anteriormente. As debêntures são remuneradas com base na variação do CDI, acrescida de um percentual (spread) de 4,00% ao ano (até 2 de abril de 2015, 2,80% a.a.).

Em 16 de novembro de 2017, a Companhia realizou o pagamento do evento de resgate antecipado facultativo total, juntamente com o prêmio das debêntures no montante total de R\$6.128, ocorrendo de modo irrevogável e irretroatável a plena quitação a todas as obrigações assumidas na Escritura de Emissão. A Companhia cumpriu com todos os índices financeiros e cláusulas restritivas correspondentes às debêntures.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 11 de maio de 2016 ocorreu a totalidade da transferência das ações da Companhia da OAS S.A. para a empresa GS Inima, mediante autorização prévia dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") realizada em 18 de dezembro de 2015.

A movimentação dos saldos das debêntures aconteceu conforme abaixo:

	<u>2017</u>
	<u>Movimentação das debêntures no curto prazo</u>
Saldo em 31.12.2016	10.369
Juros incorridos	1.358
Pagamento de principal e juros	<u>(11.727)</u>
Total	<u>-</u>

#### 10. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores a pagar	3.024	1.947
Aquisição do poço Jussara (a)	<u>-</u>	<u>594</u>
	<u>3.024</u>	<u>2.541</u>
Passivo circulante	2.979	2.541
Passivo não circulante	<u>45</u>	<u>-</u>
	<u>3.024</u>	<u>2.541</u>

- (a) Refere-se a contrato firmado em dezembro de 2013 entre a Companhia e a empresa Geo Águas Ltda. para aquisição de poço profundo localizado no bairro Jussara. O valor total do contrato é de R\$8.496, parcelados em 36 vezes de R\$236 e corrigido anualmente pelo IPCA. O pagamento da última parcela ocorreu em fevereiro de 2017.

#### 11. PROVISÕES PARA RISCOS CIVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Companhia e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

##### Risco de perda provável

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Exclusões</u>	<u>2017</u>
Processos cíveis (a)	490	474	(252)	712
Processos trabalhistas (b)	<u>299</u>	<u>730</u>	<u>(350)</u>	<u>679</u>
Total	<u>789</u>	<u>1.204</u>	<u>(602)</u>	<u>1.391</u>

- a) As contingências cíveis referem-se a riscos prováveis com indenizações a terceiros com relação a perdas de bens.
- b) As reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para a Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$1.227 (R\$852 em 2016) e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.445 (R\$36.945 em 2016), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Ações Ordinárias</u>	
GS Inima Brasil Ltda.	48.445	36.945

### Alterações no capital social

Em 26 de fevereiro de 2016, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no valor de R\$10.054, mediante a emissão de 10.054.778 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A integralização foi efetuada mediante a capitalização, em espécie, no valor de R\$2.141 e na capitalização de créditos detidos pela ex-acionista OAS Soluções Ambientais registrados como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$7.913.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado através de Assembleia Geral Ordinária, o aumento do capital social no valor de R\$11.500, mediante a emissão de 11.500.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A integralização foi efetuada mediante a capitalização de R\$7.268 sendo R\$2.500 em espécie e R\$4.768 de adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 2016. A parcela não integralizada corresponde ao valor de R\$4.232 e será integralizada até 31 de dezembro de 2018.

### Política de Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$1.777 a serem pagos no decorrer de 2018 (R\$862 em 2016).

### Reserva legal, reserva para contingencia e retenção de lucro

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada ao valor do capital social.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a recursos destinados pelo novo acionista controlador ao longo do exercício de 2016 para futuro aumento de capital, os quais foram considerados no patrimônio líquido devido a sua absoluta condição de permanência na Companhia. Após a aquisição de participação acionária, a controladora GS Inima aportou os recursos que totalizaram R\$7.268 em 31 de dezembro de 2017 que foi integralizado como capital social nos termos da lei no início de 2017. Além disso, foi capitalizado o saldo de R\$4.768 referente a AFAC constituído no ano de 2016.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	7.900
Reserva legal	(396)
Reserva para contingências	<u>(396)</u>
Base de cálculo	7.108
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	<u>1.777</u>
Dividendos por ação (em reais)	<u>0,0367</u>

## 13. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de serviços água e esgoto (a)	78.087	71.986
Receita de construção	13.608	4.920
Outras receitas	3.235	3.365
Impostos sobre vendas	(7.404)	(6.830)
Cancelamento de vendas	<u>(1.381)</u>	<u>(1.571)</u>
Receita líquida	<u>86.145</u>	<u>71.870</u>

(a) O aumento nas receitas de serviços refere-se substancialmente ao reajuste tarifário e o aumento na receita de construção refere-se aos investimentos previstos em contratos e investimentos adicionais necessários para o andamento do trabalho.

## 14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

Custos dos serviços prestados representados por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custos de pessoal	11.882	8.685
Materiais	4.473	4.634
Utilidades	8.991	9.638
Serviços de terceiros	3.745	2.355
Custos de construção (a)	13.608	4.821
Depreciação / amortização	5.455	4.016
Outros custos da operação	<u>5.169</u>	<u>2.538</u>
Total	<u>53.323</u>	<u>36.687</u>

(a) O aumento dos custos com construção refere-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto, ocasionando gastos com mão de obra, materiais e serviços.

## Despesas operacionais representados por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas com pessoal	4.840	6.870
Materiais	318	351
Utilidades	197	352
Despesas com serviços de terceiros	2.419	3.058
Despesas com depreciação / amortização	416	776
Outras despesas operacionais, líquidas	3.056	1.634
Total	<u>11.246</u>	<u>13.041</u>

## 15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Rendimento de aplicações financeiras	363	259
Juros sobre títulos recebidos	1.089	1.106
Outras receitas financeiras	94	148
	<u>1.546</u>	<u>1.513</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(797)	(3.274)
Custos da outorga	(7.474)	(9.405)
Juros sobre títulos pagos	(2.861)	(2.391)
Outras despesas financeiras	(1.034)	(1.024)
	<u>(12.166)</u>	<u>(16.094)</u>
Total	<u>(10.620)</u>	<u>(14.581)</u>

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bases do ativo:		
Ajuste a valor presente – AVP	9.977	10.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.139	1.218
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.391	741
Provisão para obsolescência dos estoques	206	-
Provisão de PLR	897	-
Base de cálculo	<u>16.610</u>	<u>12.451</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total do ativo	<u>5.647</u>	<u>4.233</u>
Bases do passivo:		
Ajuste a valor presente – AVP	(7.278)	(5.542)
Margem de construção	-	(281)
Base de cálculo	(7.278)	(5.823)
Alíquota nominal	34%	34%
Total do passivo	<u>(2.474)</u>	<u>(1.979)</u>
Impostos diferidos, líquido	<u>3.173</u>	<u>2.254</u>
Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:		

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.981	7.561
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculado a alíquota vigente	(3.734)	(2.571)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	<u>653</u>	<u>33</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.081)	(2.538)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(4.000)	(3.150)
Diferido	<u>919</u>	<u>612</u>
Total	<u>(3.081)</u>	<u>(2.538)</u>

#### 17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2017 e de 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas das demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos propostos e não pagos	1.777	862

#### 18. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	7.900	5.023
Número de ações no final do ano (em milhares)	48.445	36.945
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,16</u>	<u>0,14</u>
<u>Diluído</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	7.900	5.023
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido diluído por ação (em milhares)	<u>48.445</u>	36.945
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,16</u>	<u>0,14</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Companhia avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	28.179	566
Contas a receber	<u>11.481</u>	<u>10.999</u>
	39.660	11.565
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(36.089)	(1.118)
Debêntures	<u>-</u>	<u>(10.369)</u>
	(36.089)	(11.487)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u><u>3.571</u></u>	<u><u>78</u></u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Ao longo do período auditado a Companhia não apresentou transações relacionadas a instrumentos financeiros derivativos.

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.



Em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	9,93%	12,41%	14,90%
Receita Aplicação Financeira	36	45	54
CDI	9,93%	12,41%	14,90%
Juros a incorrer (*)	(3.528)	(4.410)	(5.291)
IPCA	2,95%	3,69%	4,43%
Juros sobre outorga a incorrer (*)	(1.865)	(2.331)	(2.798)
Juros a incorrer líquido	(5.357)	(6.697)	(8.035)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução de suas atividades são:

- Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.
- Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.
- Risco de taxas de juros: A determinação do valor justo ("*fair value*") do instrumento financeiro contratado pela Companhia é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.
- Risco de créditos: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito e monitora as suas contas a receber tomando medidas para reduzir a exposição ao risco de crédito.

## 20. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	20.000
	Riscos operacionais	23.000
	Responsabilidade civil - obras	5.000
	Riscos de engenharia - obras	56.880
	Equipamentos	1.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	10.678

## 21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2018.